

O presente e o uso do presente

Virgínia B. B. Abrahão

Resumo:

Com o objetivo de demonstrar que as construções verbais estão mais voltadas para a produção de sentidos que para a referência de acontecimentos no tempo, fizemos um levantamento bibliográfico em gramáticos e teóricos que tratam do presente do indicativo. Concluímos que, dentro das abordagens analisadas, o presente do indicativo é tratado em sua função referencial ou na sua função dêitica (a noção de presente é estabelecida em relação ao momento da fala), não levando em conta a sua função discursiva, só observável a partir da sua realização em diferentes contextos.

Palavras-chaves: presente do indicativo; tempo; discurso

Abstract:

By observing the behavior of the presente tense in discourses, one may conclude that the verbal constructions are more turned to the production of meanings than to the reference to events in time. According to a semantic-discourse approach, we analysed the bibliograf about presente tense. Thus this essay draws attention to the urgency of dealing with verbal constructions as discursive strategies beyond the paradigm formality of verbal conjugations.

Keywords: present tense; time; discourse

Introdução:

*O que meus olhos viram foi simultâneo; o que transcrevo,
sucessivo, porque a linguagem o é.
Borges*

Há uma tendência marcante do português do Brasil em utilizar as formas do presente do indicativo em substituição às formas do futuro e do pretérito do indicativo e até em substituição às formas do subjuntivo e do imperativo. Além disso o presente é utilizado para expressar habitualidades e ações / fatos permanentes. Esse fato não é novidade para os estudiosos da linguagem, porém não o explicam satisfatoriamente.

Neste artigo vamos apresentar diferentes abordagens sobre o presente do indicativo nos gramáticos e lingüistas, buscando identificar as possíveis causas para esta opção pelo presente, em diferentes situações, procurando demonstrar a inconsistência das abordagens.

Cunha e Cintra (1985:436-9) admitem que o presente do indicativo emprega-se para:

- 1) enunciar um fato que ocorre no momento em que se fala - Cai chuva. -
- 2) indicar ações e estados permanentes. - A Terra gira em torno do próprio

* Professora Doutora de Departamento de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo

eixo.

3) expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito - Sou tímido. / Como pouquíssimo.

4) dar vivacidade aos fatos passados (presente histórico) - A Avenida é o mar dos foliões...

5) marcar fato futuro, mas próximo (se faz acompanhar sempre de um adjunto adverbial) - Amanhã mesmo vou para BH.

Os autores explicam os usos do presente do indicativo com valor de futuro, de passado e ainda no lugar do imperativo - Você me resolve isto amanhã. (=Resolva-me isto amanhã.), como estratégias para empregar valores afetivos aos enunciados.

Dentro de uma abordagem semelhante Ryan (1995:11), em seu compêndio didático, assume todas as condições acima citadas para o emprego do presente do indicativo, além da sua função primeira, indicar um fato que se realiza no momento em que se fala. A maior parte dos gramáticos, no entanto, não considera a variabilidade no uso do presente do indicativo limitando-se a apresentar o paradigma das conjugações verbais, definindo simplesmente o presente do indicativo como representando um fato ocorrido no momento em que se fala (Cunha, 1972: 256), ou em outras palavras: enuncia um fato como atual (André (1978:146). Ou seja, o presente do indicativo é comumente descrito como relacionando uma situação descrita pelo tempo verbal como concomitante ao tempo do discurso, ou momento da fala. (Garcia, 1987: 63)

Kury (1989: 128), porém, em seu compêndio didático, frisa bem a questão da atualidade no uso das formas do presente:

No seu uso mais geral, o presente do indicativo se presta para exprimir o fato, a ação, o modo de ser que se desenvolvem e se mantêm no momento em que se fala, no próprio ato da palavra - Escrevo-te do aeroporto.

Mas esse autor aborda também, em detalhes, os usos desse tempo verbal que indicam várias outras particularidades, levantando inclusive hipóteses interessantes, além de ótimos exemplos. Além de dizer que o uso do presente pode indicar, ainda, hábito, repetição, regularidade, (- Acorda sempre às seis horas), verdades permanentes, dogmas, (-Todos são iguais perante a lei.), Kury (1989:129) fala do uso do presente nos provérbios para se indicar a validade perene do que se afirma: - A mentira tem pernas curtas. Apresenta, também, o uso do presente pelo passado (presente histórico): - Os navios aproximam-se da costa francesa e começa o desembarque das tropas aliadas. - ; pelo futuro do indicativo: - Mais um passo, e és um homem morto. - ; pelo futuro do subjuntivo: - Se você dá as costas, começam a criticá-lo. - e pelo imperativo: - Você me devolve logo o livro, sim?. Como os demais gramáticos que falam sobre os usos do presente, Kury justifica esses usos como expressivos: o presente histórico é uma forma de reviver o passado no presente, dando-se vivacidade à narrativa (id., p.129); quando usado em lugar do futuro, o presente expressa como certo um fato ainda por ocorrer e quando substitui o

imperativo, abrandando-lhe o tom autoritário, muitas vezes de forma interrogativa. Sobre o uso do presente em lugar do subjuntivo, o autor não levanta as causas possíveis.

Kury (1989) admite, contudo, a estranheza do fato de o presente ser usado em lugar de outras formas, e diz que essas situações são possíveis porque o presente do indicativo é, por assim dizer, o tempo universal, e predomina sobre os demais. (id., p. 129) O autor não chega a trabalhar esse conceito de tempo universal, mas já aponta para uma concepção diferenciada de tempo.

Em gramáticas mais antigas, as abordagens sobre o presente do indicativo são semelhantes às aquelas encontradas em gramáticas e compêndios didáticos mais atuais, variando somente na forma de abordagem. Deste modo, Ribeiro (1919: 376-7) afirma que o presente do indicativo denota que uma coisa se faz no momento da palavra, mas indica ainda ação habitual, um facto ligado a uma lei ou regra geral de verdade constante ou coisas que são verdadeiras e sempre o serão, sejam quais forem as circunstâncias fortuitas e eventuais; (...) exprime ação que se estende ao passado (- Há muito tempo resido neste bairro). Quanto ao uso do presente histórico, justifica-o pela rapidez e vivacidade do pensamento. Admite ainda o uso do presente pelo futuro, mas não toca no uso do presente pelo futuro do subjuntivo.

Já Pereira (1932: 504) afirma: Sem embargo de seu valor actual, pode o presente do indicativo, por extensão, indicar o passado e o futuro, bem como um facto permanente nas três épocas. Diz que o presente indica o passado para tornar a ação mais viva; indica o futuro para expressar segurança, assim como indica um facto permanente, que se realiza em qualquer das épocas (- O mal existe.)

Melo (1968:116) afirma que nem sempre o presente revela fato contemporâneo ao momento em que falamos, podendo indicar, ainda: I - Um fato observável em qualquer época ou que, datando de muito tempo, perdurará por longo espaço (- A Terra gravita em torno do Sol de que recebe luz e calor.). II - ações que praticamos constantemente (- Eu repouso aos domingos.). III - ações habituais, embora não se realizem no momento em que falamos (- Você trabalha demais.). IV - fatos permanentes (- Deus existe.). V- dogmas, fatos científicos, leis, decretos. VI - quando consideramos, de certo modo, como atuais, fatos ocorridos no passado. E admite, ainda, que o presente substitui: o pretérito perfeito; o futuro; o futuro do subjuntivo (- Se me atraíças (= atraíçoares), mato-te.) e o imperativo.

As abordagens sobre o presente nessas antigas gramáticas são questionáveis e merecem revisões, revisões estas já assumidas nas gramáticas atuais. Alguns pontos criticáveis que poderíamos apontar seriam: considera-se como hábito trabalhar demais, ou como fato permanente Deus existir, como no exemplo anteriormente citado. Mas no seu todo as abordagens não variam muito em relação às gramáticas atuais, pois com mais ou menos classificações as gramáticas e compêndios didáticos, de modo geral, admitem que a forma do presente é usada para expressar a atualidade do fato (o presente propriamente dito), o futuro, o passado e o presente alargado (habitualidade, fatos e estados permanentes, verdades incontestáveis), além de ser usado em substituição ao imperativo e ao subjuntivo.

Portanto, quando as gramáticas normativas e os compêndios didáticos consideram outras possibilidades de usos do presente do indicativo abordam esses usos como normais, quase que previsíveis, sem discutir a contradição presente na

própria definição de indicativo presente. Outras formas verbais substituem-se entre si como o pretérito imperfeito, que substitui o futuro do pretérito e o presente; o mais-que-perfeito é comum no lugar do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito; o futuro do presente é empregado como imperativo; o futuro do pretérito é substituído pelo pretérito imperfeito, etc. Enfim, o que transparece na abordagem dos gramáticos é que o tempo verbal, assim como o tempo existencial, se assim podemos dizer, é muito pouco fixo e bastante dependente do foco do sujeito produtor dos discursos, ou seja, a própria relação modal está intrincada na relação temporal. Essa complexidade explica porque a maior parte dos gramáticos não ousa tratar, de modo mais abrangente, a questão temporal, limitando-se apenas a apresentar o paradigma das conjugações.

Dentre os lingüistas, a questão da variabilidade nos usos do presente é melhor discutida, mas as explicações partem de pontos de vista os mais diversos.

Câmara Jr. (1978:199) assim define o presente:

Diz-se da forma verbal que em princípio situa o processo no momento em que se fala. Opõe-se ao pretérito e ao futuro, mas a oposição entre presente e futuro pode sofrer neutralização, estendendo-se o uso do presente para os fatos futuros (...) O uso geral e fundamental do presente em português é para: a) exprimir um fato permanente (ex.: a cidade de Londres fica na Grã-Bretanha), b) um fato que se dá de maneira habitual (ex.: Levanto-me cedo.).

Destaca-se, na definição acima, a expressão em princípio, a qual não coloca a atualidade da ação verbal como fator preponderante na definição do presente. Aliás, o presente não recebe uma definição precisa; é simplesmente discutido a partir de seus usos, o que leva Câmara Jr. a concluir que o uso geral e fundamental do presente em português é para exprimir um fato permanente e um fato habitual.

Em outra parte da obra, o autor explica a utilização do presente pelo futuro a partir do fato de o presente exprimir a certeza em oposição ao futuro do presente, que exprime a dúvida. Além disso, segundo Câmara Jr. (1970), há uma tendência do português do Brasil em substituir o imperativo pelo indicativo presente, tanto para ordens quanto para proibições. Mas essa tendência é interpretada pelas gramáticas como confusão de tratamento entre tu e você. Ex.: Parte o bolo. (= Parta o bolo.); Vocês cantam.(= Cantem vocês.)

Traváglia (1980) aborda a questão da variabilidade no uso do presente a partir da questão aspectual do verbo. Se o modo verbal exprime a apreciação do falante a respeito do que diz, o modo por que encara a sua comunicação, o aspecto diz do ponto de vista sob o qual o falante considera a ação verbal. Deste modo, apresentar o fato ou a ação como ocorrendo no momento em que se fala ou como tendo começado no passado e se prolongado até o momento em que se fala, diz respeito somente ao aspecto cursivo expresso pelo presente do indicativo, como em: Paulo ama Márcia. / O paciente respira bem agora. / Estou com medo.

Segundo Traváglia (1980:142):

O presente do indicativo em si marca os aspectos indeterminado (A Terra gira em torno do Sol.) , habitual (Ele janta às 17 horas.); cursivo (Estou no telefone.) e imperfeito (Esta vida de trabalho que levas, pode prejudicar tua saúde.). Em conjunto com outros meios (adjuntos adverbiais, valor do semantema, etc.) pode apresentar a situação com aspectos tais como o durativo (Eles moram em Curitiba.); o pontual (Tomo o cavalo, parto pra casa.); o acabado/ perfectivo (Roque não fala mais de você).

Para este autor o presente do indicativo é usado pelo imperativo para atenuar a rudeza da ordem. Ex.: O senhor me resolve o problema. (= Resolva-me o problema). (id. p.143)

Portanto, Traváglia entende o que os gramáticos consideram valor expressivo do presente do indicativo, como aspecto desse tempo verbal. O locutor estaria percebendo o fato como perfectivo ou não, cursivo, pontual, durativo, etc. Trata-se de uma abordagem sob o ponto de vista do locutor, e este parece ser o grande problema desse trabalho, pois afinal de contas há uma infinidade de modos possíveis de o locutor perceber o fato. Traváglia afirma mesmo que em uma única frase podem estar contidos vários aspectos. A abordagem não deixa de ser interessante, mas contudo torna-se extremamente classificatória. Resta saber o que possibilita ao presente, em termos da sua estrutura ou do seu funcionamento, a expressão da cursividade, da habitualidade, da duração no tempo, da indeterminação, da pontualidade e da perfectividade.

É interessante marcar, aqui, as diferenças entre as abordagens que partem do ponto de vista do locutor e aquelas que pretendem lidar com a noção de sujeito. O locutor é uma individualidade que se expressa, em seus desejos, traumas, querereres, pontos de vista, etc., através da linguagem. Ou seja, uma abordagem que tem como ponto de partida o locutor considera que na língua predomine o elemento psicológico e que a sua expressão gera modulações interpretativas, durativas, afetivas, etc., as quais se acrescem às estruturas da língua.

Sem dúvida, não há como negar o papel das individualidades na produção dos discursos, mas nós sabemos, também, que os discursos são gerados a partir de formações discursivas específicas que estabelecem, de algum modo, "o que pode e o que deve ser dito" em conformidade com a situação, organizando não só a semântica da língua, mas também a sintaxe e a morfologia. Portanto, uma abordagem centrada no sujeito deve levar em conta questões referentes à história e ao sistema, concomitantemente às apreciações da expressão das individualidades na linguagem, isto porque o sujeito em linguagem não é constituído em si mesmo, mas sim a partir de formações ideológicas que estruturam formações discursivas bem específicas.

Baseando-se na oposição forma e conteúdo, Tláskal (1984: 239), em seu artigo, explica a utilização de algumas formas verbais para exprimir vários conteúdos, analisando as relações entre o indicativo futuro (falarei) e o indicativo presente (falo); o condicional simples (falaria) e o indicativo perfeito (falava); o pretérito mais-que-

perfeito (tinha falado) e o pretérito perfeito simples (falei); o conjuntivo (fale) e o indicativo (falo). A sua análise se baseia na oposição entre português padrão e português familiar, concluindo sobre as conseqüências das substituições para as formas verbais e para o sistema do português.

Para esse autor o uso do presente em lugar do futuro, por exemplo, depende do registro lingüístico ou da posição do próprio locutor em relação à realização da ação verbal; este pode considerá-la como certa, e neste caso usaria o presente, ou como separada do momento presente, utilizando-se, neste caso, a forma do futuro.

Tláškal (1984: 246-8) destaca o uso do indicativo em substituição ao conjuntivo (subjuntivo). Ex.: Quer que voltamos logo. (= Quer que voltemos logo). Explica esse uso como uma estratégia do falante para fugir à não-realidade expressa pelo conjuntivo, pois, segundo ele, o indicativo, na maioria dos casos, representa a realidade.

Termina por concluir que no português familiar o número de formas verbais está tendendo a diminuir em função de um aumento de conteúdo de cada uma das formas existentes no português. (id., p.254) Sobre o presente, admite que a atualidade da ação verbal só acontece em alguns casos, noutros casos sendo preciso levar em conta um presente largo que inclua até uma parte do futuro e do passado. (id., p. 249)

Partindo de uma abordagem que considere o ato comunicativo, a situação de fala, Tláškal (1984) explica a variabilidade no uso do presente como uma variação na extensão do uso das formas do indicativo a qual expressa muito mais realidade que as outras formas. Deste modo, o indicativo presente vem aumentando sistematicamente seus usos (p. 249), ou seja, à sua forma vêm se anexando novos conteúdos, sem contudo perder de vista o seu significado central (p. 249) Mas o autor não explicita o que seria o significado central do presente.

As preocupações de Tláškal, nesse artigo, estão mais voltadas para as diferenças de registros (padrão e familiar) na variação entre forma e conteúdo. No caso do português brasileiro essas características de substituição verbal não dizem respeito ao português familiar, somente, pelo menos no que se refere às substituições feitas pelo presente do indicativo. Contudo, a dicotomização entre forma e conteúdo parece ser o grande problema na sua abordagem, o que não o fez caminhar em direção às questões referentes à significação, quando da análise dessas substituições modo-temporais. Além disso, à medida em que consideramos que a linguagem não é um meio neutro, mero instrumento de comunicação, concluir por uma tendência de expansão do português familiar a partir de uma expansão dos conteúdos e não das formas verbais, parece pouco. Resta identificar o que significa essa expansão de conteúdos que essas formas então predominantes carregam.

Fiorin (1996) trata do sujeito, do discurso e dos efeitos de sentido provocados pela substituição de uma pessoa por outra, de um tempo por outro e de uma localização espacial por outra. Diz o autor:

As gramáticas apresentam como fenômenos aleatórios e sem qualquer conexão entre si o uso de uma pessoa por outra (o plural majestático, por

exemplo), de um tempo por outro (o presente histórico, por exemplo) ou o de uma localização espacial por outra (o uso de este em lugar de esse, por exemplo). (Fiorin, 1996: 21)

O autor assume em seu livro um duplo objetivo: de um lado, descrever as categorias de tempo, pessoa e espaço em português; de outro, descrever como essas categorias são manifestadas no discurso e quais os efeitos de sentido que nele engendram. (id., p. 23)

Tomando por base Greimas e situando-se no âmbito do que ele chama "teoria semiótica narrativa e discursiva, sintaxe do discurso" (id.,p.23) seu parâmetro de observação é a enunciação nas suas relações com o enunciado, o enunciador e o enunciatário. Ele mesmo diz: não tratamos da dêixis discursiva por considerar que faz ela parte do que chamamos semântica do discurso, que será objeto de outro trabalho. (id., ib.) Para esse autor, há uma centralidade da enunciação na constituição do discurso. (id.,p. 30) Ele assume a noção de sujeito, mas um sujeito interno à enunciação e a noção de efeitos de sentido não passa de impressões causadas no ouvinte, por exemplo: franqueza, dissimulação ou estranhamento. (id,p.40).

A partir dessa perspectiva teórica o autor acaba por assumir o presente como sendo o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve (id.,p. 42), mas Fiorin (1996: 149) diz que essa coincidência não deve ser entendida apenas como identidade durativa entre os dois momentos e que o momento da enunciação engloba o momento da referência, pois para ele o tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração (id.,p. 142). Desse modo, esse autor assume o presente como extensão que inclui o passado e o futuro, como veremos com mais detalhes adiante.

Tendo por base as Confissões, de Santo Agostinho, Fiorin (1996) assume as categoria de temporalização (a vivência dos três presentes - passado, presente e futuro - em relação ao momento da enunciação, podendo haver concomitância, anterioridade e posterioridade) e aspectualização do tempo (atividade de um certo actante observador que vê a ação como uma "marcha", um "desenrolar", que pode ser pontual ou durativo, perfectivo ou não-perfectivo) (Greimas e Courtès, 1979, p. 22 apud Fiorin, 1996, p. 139) e Fiorin acrescenta:

Assim como os problemas do ser e da medida do tempo são distintos, mas se articulam na relação entre o triplo presente e a distentio animi, temporalização e aspectualização são categorias gramaticais diferentes, mas estão intrinsecamente relacionadas, já que esta é uma sobredeterminação daquela e o processo, embora sendo temporal, só é apreendido em sua aspectualidade. (Fiorin, 1996: 140)

A partir desse ponto de vista Fiorin (1996: 149 - 152) apresenta três casos de relações entre o momento de referência e o momento da enunciação: presente pontual (quando existe coincidência entre os dois momentos); presente durativo (quando o momento da referência é mais longo que o momento da enunciação,

podendo essa duração ser pequena ou muito longa, contínua - presente de continuidade - ou descontínua - presente interativo -) e o presente omnitemporal ou gnômico (quando o momento de referência é ilimitado e, portanto, também o é o momento do acontecimento - é o presente utilizado para enunciar verdades que se pretendem eternas).

Como podemos perceber, a aspectualização (modo de percepção do fato pelo falante) se relaciona com a temporalização (vivência do tempo) expressa pelo momento de referência. Portanto, percebemos em Fiorin (1996) um grande avanço na abordagem do presente como categoria, ainda que ele não trate das estratégias de produção de sentido produzidas a partir desse sistema categorial de ordem semântica (id., p. 22). No nosso entender, Fiorin avança porque se propõe a discutir a categoria tempo, contudo, ao assumir que o discurso é o lugar da instabilidade das estruturas, é onde se criam efeitos de sentido com a infringência ordenada às leis do sistema (id., p.15) e que compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorialização é fundamental para entender o processo de discursivização (id., ib.), Fiorin não lida com o aleatório, mas com as condições de realização da instabilidade, acreditando que estas vão se concretizando nos discursos, se fixando. Desse modo, o autor considera que o que pertence à ordem da História é o discurso e não o sistema. Ora, como se passa deste àquele? Com a enunciação, ou seja, temporalizando, espacializando e actorializando a linguagem. (id., p.14). No entanto, entendemos que o sistema lingüístico não passa de um mínimo de regras que possibilitam a linguagem, concordando com Coseriu (1952: 74 - 5):

Poderíamos dizer, pois, que mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema. O que, na realidade, se impõe ao indivíduo, limitando sua liberdade expressiva e comprimindo as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro do marco fixado pelas realizações tradicionais, é a norma. A norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade.

Portanto, se o sistema se sobrepõe à história, a norma está inserida nesta e é também instável, tal como o discurso. Para além da norma, pretendemos levar em conta as formações ideológicas que geram formações discursivas e, desse modo, não poderíamos deixar de entender a linguagem como processo, não nos bastando reconhecer as condições alicerçadas pelo sistema para que a instabilidade ou a discursividade se realizem, como quer Fiorin (1996), mas assumindo a instabilidade como própria da condição da linguagem. Ou seja, acreditamos que para se observar o funcionamento do presente do indicativo teríamos que ir além da enunciação em direção a fatores discursivos, pragmáticos e conversacionais e até textuais, já que o presente ancora os discursos em situações comunicativas que utilizam estratégias as mais variadas.

No entanto assumimos aqui vários dos pontos de vista apresentados por

Fiorin (1996) e um deles é a crítica que faz a Weinrich (1973):

Weinrich, em seus estudos, afirma que as formas temporais não exercem propriamente a função de localização temporal, mas servem para situar o leitor ou o ouvinte no processo comunicacional. O pretérito perfeito (no caso, o passé simple), o imperfeito, o mais-que-perfeito, o futuro do pretérito e o passado anterior indicam que o enunciador está narrando, enquanto o presente, o pretérito perfeito (no caso o passé composé) e o futuro do presente mostram que o narrador está comentando os eventos. Por isso, ele afirma que há dois sistemas temporais nas línguas, o do mundo narrado e o do mundo comentado. Essas funções foram deduzidas principalmente do fato de que os tempos de cada um desses sistemas manifestam, de modo respectivo, um distanciamento e uma aproximação. (...) Afastamo-nos de Weinrich em dois pontos muito importantes: ele não separa subsistemas vinculados a pontos de referência pretérito e futuro e dissocia totalmente os tempos verbais da experiência temporal vivida. Embora reconheçamos a singularidade do tempo lingüístico, já mostramos que ele tem algo em comum com os outros tempos. Ademais, é difícil aceitar a diferenciação entre tempos do mundo narrado e do mundo comentado, já que se pode narrar com tempos do comentário e comentar com tempos da narração e só raciocínios muito sibilinos permitem explicar esse fato. (Fiorin, 1996: 250 -1)

Concordamos, porém, com Weinrich (1973) quando observa que o fato de o presente designar tempo presente, hábito, além de coisas passadas e futuras, demonstra que ele nada tenha a ver com tempo, no sentido de tempo cronológico. A utilização do presente demonstra uma atitude comunicativa de engajamento, de compromisso, ele aparece em textos em que há tensão. Contudo, concordamos com Fiorin (1996), quando afirma que não podemos dissociar os tempos verbais da experiência temporal vivida, caso contrário teríamos que deduzir da linguagem a categoria sujeito.

Besson (1993) em seu artigo intitulado "Les valeurs du présent dans le discours expositif" toma por base Benveniste e Weinrich e inicia dizendo que outras formas verbais são bem mais estudadas que o presente. Sua pesquisa inscreve-se dentro de uma pesquisa maior sobre o discurso escrito em textos expositivos, definindo discurso a partir de Bronckart (1985 e 1992), como:

(...) formes observables de matérialisation de l'activité langagière, activité conçue comme ancrée dans un contexte social spécifique et sous-tendue par un ensemble d'opérations psychologiques dont les unités linguistiques en surface des textes constituent les traces. (Besson, 1993: 43)

Trabalhando com 20 (vinte) extratos de textos de um corpus de 300 (trezentos) textos, a autora seleciona deles 5 (cinco) tipos de seqüências discursivas: seqüências puramente informativas; seqüências explicativas; seqüências argumentativas; seqüências injuntivas (explícita as conseqüências ou formas de ação decorrentes da informação) e seqüências (semi-) narrativas (quando a seqüência da

exposição exige um retorno ao tempo).

Besson levanta duas questões sobre o presente que seriam basicamente estas:

- Independentemente do seu papel de ancoragem nos discursos expositivos e a despeito da sua unidade morfológica, podem as formas do presente ser atribuídas de valores discursivos diferentes, relativos aos tipos de seqüências em que aparecem?

- Qual o papel das outras estruturas como os modalizadores, a presença de certa organização textual ou de outras formas temporais no valor discursivo do presente?

A autora faz, então, uma análise discursiva das seqüências, levando em conta características as mais diversas como a presença ou não do enunciador; o apontar para uma relação com o ouvinte / leitor; os elementos coesivos, etc.

Ao levar em conta o papel do presente nessas seqüências, observa que nas seqüências puramente informativas existe uma abstenção do tempo ou um tempo infinito que não se situa em relação ao passado e ao futuro. Aponta assim para o valor atemporal do presente e cria a categoria: presente da autonomia (no caso, autonomia discursiva). Observa, ainda, a presença marcante dos verbos estativos, principalmente o verbo ser e conclui que o presente, nesses casos, apresenta um valor puramente sintático, estabelecendo relações entre noções (relação de equação; de descrição; de localização; de propriedade) - relações primitivas.

Besson (1993) apresenta as classificações de Imbs (1960) que observa valores semânticos mais específicos nesses verbos de valor atemporal, classificando-os em: presente habitual; presente dos estados permanentes; presente gnômico ou sentencioso; presente de definição; presente das verdades eternas.

Sobre as seqüências explicativas, argumentativas e injuntivas, a autora as engloba por apresentarem, em comum, uma vontade firme, por parte do enunciador, de agir sobre o destinatário. Nessas seqüências aparecem, então, muitos modalizadores, condicionais e o futuro, além de muitos compostos. O presente aparece como complemento. Ela o chama de presente da implicação e atribui a ele o valor temporal de simultaneidade.

Nas seqüências semi-narrativas aparece o presente histórico e às vezes uma interposição do passado e do futuro, numa tentativa de situar duas realidade. Ela traz opiniões diferentes de autores sobre o presente histórico, mas não as discute.

A própria autora termina por considerar que suas análises e conclusões não passam de hipóteses a serem testadas em mais seqüências. Ela não chega a responder satisfatoriamente às questões levantadas no início do artigo e tira conclusões já presentes em Weinrich e outros autores. Contudo Besson trata dos valores do presente dentro de uma perspectiva discursiva e isso a singulariza, além disso o faz a partir dos textos expositivos. Esse artigo e a dissertação de Martelotta (1986), foram os únicos trabalhos que trataram especificamente do presente do indicativo. Os demais autores observados trataram o presente dentro de um quadro mais amplo de observação dos fatos lingüísticos, como é o caso de Coracini (1991) que leva em conta o comportamento do presente ao analisar o discurso da ciência.

Martelotta (1986:47-8), observando 600 ocorrências do presente do indicativo no que se refere à expressão do "tempo real", constatou:

- 567 casos (94,5%) em que o presente do indicativo apresentou situações a que ele chamou de permanentes ou indeterminadas, as quais nada têm a ver com o tempo cronológico do presente;
- 23 casos (3,8%) de situações de futuro;
- 9 casos (1,5%) de situações de presente, sendo que destes, 5 casos se referiam ao aspecto cursivo, restando apenas 4 casos de presente simultâneo ao momento da fala;
- 1 caso (0,2%) de situação de passado.

O autor concluiu que "o presente do indicativo, em comparação com o pretérito perfeito, tem um compromisso bem menor com a expressão de tempo cronológico..." (Martelotta, 1986:47-8)

Concluiu, ainda, que a intenção do falante ao utilizar situações de presente permanente o faz para abster-se da expressão de tempo cronológico, já que, no que se refere ao presente, as situações específicas não são projetadas na linha do tempo. Isto porque o presente aparece, em geral, nas descrições, comentários, etc., discursos esses em que a expressão do tempo tem importância secundária. (id., p.36)

Martelotta (1986:35) assume o tempo como uma categoria dêitica (as noções de passado, presente e futuro são estabelecidas em relação ao momento da fala). Além disso, estabelece uma diferença entre tempo gramatical e tempo real (nem sempre os tempos gramaticais expressam os tempos reais a eles correspondentes).

Contudo, em seu trabalho ele nem sempre trata o tempo como categoria dêitica, como nos casos de presente permanente acima comentados. Por não discutir a noção de temporalidade, Martelotta intui sobre a experiência do falante quanto à abstenção / fuga do tempo cronológico, mas não consegue dizer mais sobre as estratégias discursivas presentes nesse grande espaço do que ele chama presente permanente.

Por se ocupar da linguagem como fato semântico de expressão de um sujeito individual e não como constituinte de sujeitos, de saberes, é que Martelotta não caminha em direção a um reconhecimento mais amplo sobre o presente do indicativo.

Se passamos a considerar que a linguagem como acontecimento se estrutura dentro de uma temporalidade historicamente marcada, constituindo aí sujeitos com experiências de significados pouco fixados de antemão, passaremos a entender a flexão verbal de tempo como uma estruturação sistêmica que aponta para formas de vida ou concepções, saberes historicamente estruturados em seus usos (e aí não estamos nos referindo ao paradigma das conjugações verbais, mas ao comportamento verbal nos discursos socialmente recorrentes).

Pensamos que se faz necessário discutir a temporalidade do presente do indicativo, observando as variações no seu uso como estratégias de produção de sentido, disponíveis aos falantes, buscando compreender as relações entre o processo verbal e a significação lingüística. Uma abordagem que não esteja centrada no locutor, ou no ato comunicativo, ou na questão modal. Apesar de nossa discussão nos remeter às críticas com relação às abordagens presente nas gramáticas tradicionais,

não acreditamos ser possível buscar alternativas diferenciadas ou criativas para a apresentação dos verbos nas gramáticas. Pensamos que essa discussão deve ganhar um outro enfoque, que considere o sistema mas que esteja centrado no sentido, propiciando uma compreensão um pouco mais ampla sobre o processo verbal, com possibilidades de que este nível de enfoque seja encaminhado para as salas de aula de língua portuguesa, as maiores vítimas das nossas gramáticas classificatórias. Uma abordagem nesse nível nos encaminharia, sem dúvida, para um entendimento mais ampliado da relação do sujeito com a linguagem.

Referências

ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Gramática ilustrada. 2ª ed.** SP: Moderna, 1978.

BESSON, Marie-Josèphe. Les valeurs du présent dans le discours expositif. In: **Bronckart J. P. (org) Langue Française - Temps et discours études de psychologie du langage**, 1993. Revista nº 97.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa. 4ª ed.** RJ: Padrão, 1985.

_____. **Dicionário de lingüística e gramática.** Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Estrutura da língua portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

CHAVES DE MELO, Gladstone. **Gramática fundamental da língua portuguesa. 3ª ed.** RJ: Ao livro técnico S/A. 1978.

CORACINI, Mª José R. Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência.** SP: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.

COSERIU, Eugênio. **Teoria da linguagem e lingüística geral.** Montevideo, Chile: Edição independente, 1952.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo. 2ª ed.** RJ: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo. 3ª ed.** BH: Editora Bernardo Álvares S/A. 1972.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação - As categorias de pessoa, espaço e tempo.** SP: Ática, 1996. (Col. Ensaios. nº 144)

GARCIA, Afrânio da Silva. **O verbo no português - tipos e tempos**. UFRJ, Dissertação de Mestrado. 1987.

KURY, Adriano da Gama. **Para falar e escrever melhor o português. 3ª ed.** RJ: Nova Fronteira, 1989.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português. 5ª ed.** SP: Pioneira, 1987.

MACIEL, Maximino. **Gramática descritiva**. RJ: Francisco Alves, 1918.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **O presente do indicativo no discurso: implicações semânticas e gramaticais**. Dissertação de mestrado. UFRJ, 1986.

MELO, J. Nelino de. **Estudos práticos de gramática normativa da língua portuguesa. 2ª ed.** RJ: Bruno Buccini/ Editor, 1968.

MIRA MATEUS, Maria Helena et alli. **Gramática da língua portuguesa - elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

NASCENTES, Antenor. **Léxico de Nomenclatura Gramatical Brasileiro**. RJ: Edições dois mundos: Brasil/Portugal, 1946.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Campinas: editora da Unicamp, 1988.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica historica. 7ª ed.** SP: Companhia Editora Nacional, 1932.

PERES, João Andrade. Towards an integrated view of the expression of time in portuguese. In: **Cadernos Semânticos. Nº 14**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português. 2ª ed.** SP: Ática. 1996.

PONTES, Eunice. **Estrutura do verbo no português coloquial. 2ª ed.** Petrópolis: Vozes, 1973.

RIBEIRO, Dr. Ernesto Carneiro. **Serões gramaticaes ou Nova gramática portugueza. 3ª ed.** Bahia: Livraria Catilina, 1919.

ROCHA LIMA, Carlo Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa. 33ª ed.** RJ: José Olímpio. 1996.

RYAN, Maria Aparecida. **Conjugação dos verbos em português. 11ª ed.** SP: Ática, 1995.

Virgínia B. B. Abrahão

TLÁSKAL, Jaromir. Observações sobre tempo e modos em português. In: CARVALHO, José G. Herculano de. e SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen. (org.) **Estudo de lingüística portuguesa 1**. Coimbra Editora, 1984. (col. Lingüística.)

TODOROV, T. e DUCROT, O. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. SP: Perspectiva, 1972.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto no português: a categoria e sua expressão. Dissertação de mestrado**. (PUC/RIO). 1980. VOL. I e II.

WEINRICH, Harald. **Le temps**. Paris: Seuil. 1973.